

Os Kaiowá e Guarani no Mato Grosso do Sul e suas Incansáveis Lutas pelos *Tekoha* frente às Transformações Territoriais, Ambientais e Formas de Mobilidade

Rosa Sebastiana Colman¹

Levi Marques Pereira²

Nossa homenagem a Bartomeu Melià que considera território como espaços de relação e comunicação humana. “No se refiere a una parte de una nación o de un estado, con sus mal cortadas y peor zurcidas fronteras. No son tierras que se pueden comprar o vender; obedecen a otra economía que no es la de mercado; el territorio de este ser es la economía del don y de la reciprocidad fuera del cual hay venganza y el precio de la venganza es la sangre y la muerte [...] no se puede estar con los Guaraníes, ni con otro pueblo, sin aprender y hablar su lengua. Es preciso caminar y danzar con ellos como práctica ordinaria y por cierto tiempo”.³

O cenário

A penúltima década do século XIX inaugurou um processo de perdas territoriais dos povos Kaiowá e Guarani no sul da então Província de Mato Grosso. Com o fim do conflito bélico da Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870) e a demarcação física da fronteira seca entre Brasil e Paraguai (1872), abriu-se

¹ Doutora em Demografia pela UNICAMP, atualmente é docente colaboradora na Faculdade Intercultural Indígena da Universidade da Grande Dourados (FAIND/UFGD), do Programa de Mestrado em Educação e Territorialidade (PPGET/FAIND/UFGD) e do Programa de Pós Graduação em Antropologia (PPGANT/FCH/UFGD). E-mail: rosacolman01@yahoo.com.br e rosacolman@ufgd.edu.br.

² O autor é graduado e licenciado em Ciências Sociais pela PUCCAMP, possui mestrado em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas (1999), doutorado em Ciências (Antropologia Social) pela Universidade de São Paulo (2004), pós-doutorado em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas (2009) e pós-doutorado em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (2016). Atualmente é professor associado na Universidade Federal da Grande Dourados. Email levimarquespereira2@gmail.com

³ Discurso de Melià intitulado *El territorio del ser: la palabra*, proferido ao receber o título de honoris causa da universidade de Comillas, Espanha, em que oferece aos Guarani o título como forma de retribuição: “A ellos que me han dado tanto les quiero devolver este honor de una universidad, que no sólo promueve el bien decir, sino el buen decir, la sabiduría más que los conocimientos”, 2018. Disponível em: <https://www.comillas.edu/es/noticias-comillas/16306-comillas-nombra-doctor-honoris-cause-al-jesuita-bartomeu-melia>



espaço para o avanço das frentes de expansão econômica, sendo criada, em 1882, a Companhia Mate Laranjeiras, dedicada à extração da erva-mate, nativa na região. A extração da erva incorporou, em larga escala, a mão-de-obra dos Kaiowá e Guarani, submetendo-os ao regime de dívidas pelo fornecimento de víveres, roupas e ferramentas (Ferreira, 2007). O trabalho na erva-mate também impôs o deslocamento de muitas famílias, forçadas a deixarem os espaços dos seus *tekoha*, para residirem junto aos acampamentos de extração de erva da Companhia, o que provocou desarticulação e a fragilização de redes de alianças, baseadas na residência, no parentesco e na cooperação ritual.

Entre 1915 e 1928, o Serviço de Proteção aos Índios – SPI⁴ demarcou oito pequenas reservas, com o intuito de assegurar algum espaço para a sobrevivência das comunidades, desenvolvendo, nas décadas seguintes, uma política de recolhimento das comunidades nestes pequenos espaços. Da década de 1960 em diante aprofundou-se a deterioração ambiental nos territórios expropriados, como resultado da expansão das frentes extrativistas e agropastoris (Brand, 1997).

As reservas também foram objeto de intenso desmatamento, tanto para a venda de madeira como para o desenvolvimento de projetos econômicos de pecuária e agricultura mecanizada, apoiados por agências governamentais e instituições religiosas ou laicas da sociedade civil. Mesmo assim, os Kaiowá e Guarani desenvolveram estratégias e seguiram manejando noções e conceitos próprios de território e práticas de cultivo, para seguirem se produzindo como coletivos específicos dentro das reservas, ou fora delas. Muitas famílias e até comunidades lograram permanecer, por décadas, em fundos de fazendas, como destacam dezenas de relatórios de identificação conduzidos pela Funai, a partir da década de 1980.

Os pequenos fragmentos de florestas, aos quais os Kaiowá e Guarani têm acesso, seguem sendo manejados de acordo com os conhecimentos tradicionais, como a prática da policultura, caça e coleta de frutos e remédios. Embora estas atividades não envolvam a totalidade da população e não assegurem autonomia

⁴ Inicialmente era denominado de SPILTAN (Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais). O órgão foi criado em 1910, através do Decreto nº 8.072, inicialmente ligado ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, com o objetivo de prestar assistência aos índios do Brasil e estabelecer centros agrícolas, constituídos por trabalhadores nacionais, condição à qual os índios deveriam, com o tempo, se conformar. Depois de 1918 resumiu-se em SPI (Serviço de Proteção aos Índios). Por motivos de corrupção interna ao órgão, a partir de 1967 foi substituído pela FUNAI – Fundação Nacional do Índio.



na produção de alimentos, têm grande importância na reprodução dos conhecimentos envolvidos nas formas de sustentabilidade e na transmissão de tais conhecimentos para as gerações posteriores, a partir de práticas e rituais que envolvem o cultivo, a caça e a coleta.

O fato de suas comunidades estarem radicadas na faixa de fronteira entre os Estados nacionais de Brasil e Paraguai permite que elas continuem transitando sobre a divisa que cindiu seus territórios de ocupação tradicional. A territorialidade transfronteiriça permitiu que, entre a década de 1960 e 1980, muitas comunidades estabelecidas no Brasil escapassem às situações de maior incidência de violência, resultado do desmatamento e da expropriação territorial, passando a residir junto aos parentes que viviam no lado paraguaio, na época ainda com amplas áreas de mata. Tais casos de deslocamentos foram documentados e analisados na perícia judicial realizada na comunidade de Cerro Marangatu, no município de Antônio João⁵ e no relatório de identificação da terra indígena Arroio Corá, no município de Paranhos⁶.

A partir da década de 1980, a violência passou a atingir com mais impacto as comunidades do lado paraguaio, como resultado da expropriação das terras indígenas naquele lado da fronteira, que foram desmatadas para a implantação da agricultura mecanizada, em grande parte protagonizada por produtores rurais brasileiros, que adquiriram terras no país vizinho. Isto motivou muitas comunidades a retornarem para o lado brasileiro. Esse período coincide com o início de políticas de proteção territorial e de seguridade social no Brasil, posterior à promulgação da Constituição de 1988, impulsionando esse retorno para o lado brasileiro.

A urbanização de muitas famílias kaiowá e guarani nas cidades implantadas sobre seus territórios foi outra forma de mobilidade que surgiu a partir da década de 1980. O processo de urbanização ocorreu de maneira correlata ao desaparecimento dos refúgios de fundo de fazendas, como resultado das atividades do agronegócio, que impõe a ocupação intensiva e altamente

⁵A discussão sobre os deslocamentos entre as comunidades Nande Ru Marangatu, no lado brasileiro, e Pysry, no lado paraguaio, foi desenvolvida em Eremites de Oliveira e Pereira (2009).

⁶O relatório realizado para a FUNAI apresenta dados sobre o fluxo migratório associado à expansão das frentes de ocupação no Paraguai e no Brasil, impactando, em períodos diferentes, as terras indígenas de Arroio Corá, no Brasil, e de *Aldea Comunidad*, no Paraguai. Ver Pereira (2002).

tecnificada de mais de 90 por cento das terras no sul de Mato Grosso do Sul, dispensando a mão de obra indígena. A superpopulação das reservas também impulsiona a migração para as cidades, na medida em que gera impasses nas práticas de sustentabilidade e intensifica disputas e conflitos políticos entre famílias e parentelas. A seguir detalhamos melhor como se deu o processo de expropriação do território indígena.

O Avanço das Frentes de Expansão e os Impasses Gerados para o Modo de ser kaiowá e Guarani – *ava reko*

A partir da década de 1950 acentuou-se a instalação de empreendimentos agropecuários nos espaços ocupados por dezenas de comunidades kaiowá e guarani, ampliando-se o processo de desmatamento e diminuindo a autonomia das comunidades sobre seus territórios. Naquele primeiro momento houve amplo uso da mão de obra indígena. João Martins, Guarani que atuou como colaborador nas pesquisas do historiador Antônio Brand, relatou que, no município de Naviraí, as derrubadas das matas altas foram intensas, de 1953 até 1960, sendo as terras destinadas, principalmente, ao plantio de café. Na região de Nova América, distrito de Caarapó, a derrubada foi intensa por volta de 1958, também em vista do plantio do café, sendo que este cultivo foi “fracassando” na década seguinte, cedendo lugar ao capim “colonião”, planta exótica, de origem asiática, destinada a formar pastagens para o gado. Entre Amambai e Ponta Porã, o desmatamento teria ocorrido durante a década de 1960 (Brand, 2004, p. 146). Vale lembrar que, no período do desmatamento, as madeiras de lei, como peroba, cedro, angelim, ipês, etc. alimentaram a indústria madeireira, que constituiu um importante, mas curto, ciclo econômico em toda a região, em especial entre as décadas de 1960-1980. Conforme as matas iam sendo derrubadas “surgiam” comunidades indígenas.

A partir do final da década de 1960, a maior parte das aldeias foi efetivamente desarticulada e expulsa de seus territórios, acentuando-se o processo definido por Brand como “confinamento” nas reservas (Brand, 1997). O termo confinamento aparece já na publicação original de *Aspectos da Cultura Guarani*, datada de 1962. Schaden utiliza a ideia de confinamento quando afirma que os Guarani “já não ocupam áreas extensas e concretas, mas estão confinados a



pequenas reservas ou aldeias sob proteção ou mesmo administração oficial” (Schaden, 1974, p. 10), mas foi Brand quem desenvolveu o conceito na forma como ele tem sido utilizado atualmente. O confinamento teria uma expressão territorial e perceptível, mas agregaria também um confinamento no próprio modo de ser, no *teko*, em especial, no impedimento da manifestação da palavra - *ñe’ẽ*. A introdução do cultivo mecanizado da soja, trigo e milho provocou o fim da maior parte das “aldeias refúgio” situadas nos fundos das fazendas, nas quais os Kaiowá e Guarani resistiram por várias décadas.

A criação do Território Federal de Ponta Porã⁷ tinha como propósito promover a efetiva ocupação das terras por parte das frentes de expansão e, como resultado, provocou uma corrida de particulares em busca do requerimento e titulação das terras públicas em Mato Grosso do Sul. Essa corrida foi muito bem descrita por Lenharo (1986) e Foweraker (1982). Esse movimento das frentes de expansão resultou em grande violência e desorganização na forma de o Estado gerir os processos de regularização fundiária. A violência atingiu de forma ainda mais intensa as populações mais frágeis e destituídas de acesso às estruturas de poder, como as comunidades indígenas, quilombolas e as famílias de posseiros. Infelizmente, esta violência não recebeu a devida atenção de historiadores e cronistas do período, cujas análises estavam mais atentas às disputas entre os requerentes de terras, uma vez que, entre eles, também ocorreram muita violência, no fenômeno denominado de “coronelismo”⁸.

Segundo Foweraker (1982, p. 56), “violência, lei e burocracia se complementam para mediar a luta pela terra na fronteira”, o que muitas vezes opunha belicamente os próprios particulares interessados em requerer e titular terras em Mato Grosso do Sul. A própria Constituição Estadual foi alterada para favorecer interesses específicos de políticos e grupos econômicos do Rio Grande do Sul, São Paulo e da própria Cia Matte Laranjeiras, que, a partir do declínio da atividade ervateira, passou a se interessar na aquisição de extensas áreas de terras no sul de Mato Grosso do Sul. Resultou daí que pessoas físicas compraram até 10 mil hectares de terras, quando o limite anterior era de apenas 500 ha (1982,

⁷ O Território Federal de Ponta Porã foi criado em 13 de setembro de 1943, pelo o Decreto-lei n.º 5 812, do governo de Getúlio Vargas.

⁸ Ver, por exemplo, Corrêa, Valmir Batista. *Coronéis e Bandidos em Mato Grosso: 1889 – 1943*. 2ªed. Campo Grande: Editora da UFMS, 2006.

p.150) e, no caso da Cia Matte Laranjeiras, atingiu dezenas de milhares de hectares. A especulação e a corrupção foi tanta que, segundo Foweraker (1982, p. 163), o próprio Departamento de Terras do Estado de Mato Grosso foi fechado por três vezes: em 1950, 1961 e 1966, como tentativa de sanar irregularidades internas ao próprio órgão responsável pela titulação das terras.

A situação de violência pode ser percebida nos depoimentos sobre a expulsão dos moradores de Rancho Jacaré, onde até as casas foram queimadas, como registra Brand (1993, p.143):

No final do primeiro semestre de 1977, a Cia. Matte Laranjeira, proprietária da fazenda Maciel Cue, resolveu 'limpar' sua fazenda de índios, pois os serviços destes não eram mais necessários. E como nas demais fazendas chegara o momento de derrubar o restante da mata, preservada pelos mesmos índios na área de seu tekoha.

Queimou as casas e conseguiu carregar 26 pessoas em cima de um caminhão de gado e descarregar num campo aberto no Paraguai.

Este período é marcado por expulsões, "tekoha inteiros foram desalojados forçadamente de suas terras pelas frentes de colonização modernas" (Colman, 2015, p.82). Brand (1997, p.49) traz um relato de um chefe de família que é bastante ilustrativo desse processo:

Entraram e mediram tudo o mato [...]. Fomos no Botelha Guasu, demoramos um pouco, plantamos. Aí já vieram e fizeram de novo mensura [...] igual Califórnia [...] depois que os karaí [não-índios] nos expulsaram, fomos no Jukeri [outra aldeia]. Bom e aí foi de novo agrimensor e mandou embora a gente de novo e aí todos que tinham terra foram expulsos [...], Quando acabou jukeri, esses, Antonio, depois não aconteceu mais, aí foi acabando as casas. Já eram só nós, trabalhamos nas fazendas, fomos trabalhar lá no Tatakua. Já ouviu fala no Tatakua? depois voltamos trabalha perto ali do Tacuru, depois saímos que íamos pro Paraguai pra viver melhor né.[...] Agora já não faço mais casa. (Laurentino da Silva, kaiowá, antigo morador da aldeia Botelha Guasu, município de Tacuru - grifos nossos).

Esta situação de esparramo também é bastante evidente no relato de Acácio Ribeiro, também colhido e registrado por Brand (1997, p.100)

aí num ano mandou derrubar mil alqueires, no outro mandou derrubar mais mil alqueires. Aí alcança nós, nossa terra já, aí alcançou naquele outro mil, [...] sempre nós plantava lavourinha assim. Sempre nós plantava cada ano. Depois o homem, ele já [é] o administrador, o administrador já toma conta da fazenda e ele não quer mais morador lá. Foi indo assim. Até o ano que se plantava bastante, tinha mandioca, batata, cana, não faltava nada a cada ano, sabe. Aí soltou uma boiada lá, [...] aí soltaram o gado, estrago tudo nossa planta, [...] Aí começou a compra, compra, compra, né, só comprava (Acácio Ribeiro, morador da extinta aldeia Km XX, Município de Laguna Carapã -grifos nossos)

Expulsos de suas terras, os Guarani e Kaiowá, em sua maioria, se recolheram nas reservas. Inconformados com a situação, aos poucos começaram a surgir iniciativas de *retomada* das terras tradicionais, com lideranças buscando

reaver parcelas de seu território tradicional. O termo “*retomada*” é utilizado pelos Kaiowá e Guarani para expressar justamente a ideia de tomar posse novamente do que sempre lhes pertenceu e que, de forma violenta, lhes foi roubado. A *retomada* expressa, portanto, a ideia de tomar posse das terras que, por direito, pertenciam, desde sempre, às suas comunidades, com ou sem o reconhecimento do Estado (Benites, 2014).

O início das *retomadas* deve ser visto como um processo situado no contexto mais amplo das transformações históricas, políticas e econômicas que estavam acontecendo em nível nacional e mesmo em vários países da América Latina. Na década de 1970, o regime militar imposto no Brasil chegou ao apogeu de rigidez e controle; ao mesmo tempo, a sociedade civil começou a se retirar da base de sustentação política do regime, iniciando um processo que culminaria com a redemocratização política. Nesse período, os Kaiowá e Guarani iniciam, em Mato Grosso do Sul, um incipiente movimento de *retomada* das terras tradicionais, de onde foram expulsos no decorrer do processo de colonização, ou de insistência em permanecer em fundos de fazendas, de onde nunca foram removidos, como foi o caso da comunidade de Pirakua, reconhecida pela FUNAI em 1985 (Tomáz De Almeida, 1985). Refletindo sobre esse período, Brand (2000) concluiu que, a partir de 1980, houve um processo que parece contraditório: “Ao mesmo tempo em que ocorreu a radicalização do confinamento e o simultâneo crescimento da taxa de suicídios, verifica-se também o início da quebra desse mesmo processo histórico de confinamento, mediante a reocupação de aldeias perdidas” (Brand, 2000, p. 116).

A decisão de famílias e parentelas de saírem das reservas para a *retomada* de terras tradicionais vincula-se, também, com a crescente intensificação de conflitos nas reservas superlotadas. A reserva é reconhecida como um espaço inapropriado para a prática do modo próprio de ser kaiowá ou guarani - *ava reko*, pois se vive em um estado de mal-estar social, com limitações às práticas de produção de alimentos e dificuldades na resolução de conflitos políticos, que tende a assumir um caráter permanente entre parentelas. A *retomada* resulta, em certa medida, da própria superpovoação das reservas. Brand assim descreve essa situação de reserva:

A sólida sedimentação de determinados grupos familiares, verificada em reservas, apoiados em amplas políticas de aliança e solidariedade a partir das redes de

parentesco e articulações com órgãos públicos e ONGs, diminui, nesses casos, as expectativas de mobilidade política e, conseqüentemente, as possibilidades de recuperação de prestígio e autonomia dos líderes de outros grupos familiares aí localizados e não incorporados ao grupo majoritário. O deslocamento para outras reservas, estratégia amplamente utilizada em períodos recentes, torna-se igualmente problemático frente à superpopulação verificada em todas elas. Resta, então, a esses líderes de grupos familiares, como um dos poucos caminhos possíveis para a reconquista da sua autonomia, a reocupação de territórios de aldeias desalojadas no decorrer do processo de confinamento. Engajam-se, então, ao lado de moradores originários de uma determinada área, no processo de luta pela demarcação desse novo espaço (Brand, 2004, p. 12).

A partir da década de 1980, os Guarani e Kaiowá ampliam suas formas de organização e participação nas políticas públicas. Isto se dá através da luta das lideranças, principalmente nas Aty Guasu (Grande Assembleia) - uma forma de organização das lideranças guarani e kaiowá, que contou inicialmente com o apoio de entidades como o PKN (Projeto Kaiowá Ñandeva) e o CIMI (Conselho Indigenista Missionário). Posteriormente, com a promulgação da Constituição de 1988, a organização passou a ter reconhecimento e apoio de órgãos públicos, como a FUNAI, embora no atual governo perdem reconhecimento e apoio, mas buscam outros meios de manter sua organização. Cabe destacar que o reconhecimento das formas próprias de organização das comunidades indígenas foi fruto e conquista dos movimentos sociais, inclusive indígenas, cujas proposições foram incluídas no texto constitucional.

Como resultado do incremento do movimento das Aty Guasu, os Kaiowá e Guarani recuperaram vários espaços de ocupação tradicional (Benites, 2014). As 12 terras retomadas totalizam 22.450 hectares, já devidamente regularizados e de posse dos Kaiowá e Guarani. São as seguintes comunidades: Yvykuarusu-Paraguasu, no município de Paranhos; Rancho Jakare e Guaimbe, no município de Laguna Carapã; Pirakua, no município de Bela Vista; Jaguapire, no município de Tacuru; Sete Cerros, no município de Paranhos; Jarará, no município de Juti; Guasuty, no município de Aral Moreira; Jaguary, no município de Amambai; Sukuri'y, no município de Maracaju; Cerrito, no município de Eldorado; e Panambizinho, no município de Dourados.

Entretanto, outras terras seguem em processo de identificação, ou já identificadas, estando os Kaiowá e Guarani, em alguns casos, já ocupando parcelas da terra pretendida. São elas: Potrero Guasu, Arroyo Kora e Ypo'i no

município de Paranhos; Ñanderu Marangatu⁹, no município de Antônio João; Jatayvary e Kokue'i¹⁰, no município de Ponta Porã; Takuára, no município de Juti; Guyra Roka, no município de Caarapó; Sombrerito, no município de Sete Quedas; Panambi, no município de Douradina; e Yvy Katu, no município de Japorã. Todas estas terras seguem com demandas judiciais, o que explicita o caráter vulnerável da posse por parte dos indígenas e a lentidão dos procedimentos administrativos realizados pelo Estado.

A partir de 2010, os Kaiowá e Guarani têm conquistas que merecem destaque. Foram publicados quatro estudos importantes: em 2011 foi identificada a terra indígena Panambi Lagoa Rica com 12.196 hectares; no dia 07 de janeiro de 2013 foi publicado o relatório de identificação da região do Mbarakay e Pueblitokue, no município de Iguatemi, região conhecida também como Iguatemipegua¹¹; dia 19 de abril de 2016 foi reconhecida a TI Ypo'i/Triunfo, com uma área de 19.756 hectares¹²; - Inclusive, em 2009, Ypo'i/Triunfo foi palco de uma ação de despejo ilegal por fazendeiros da região de fronteira com o Paraguai, em que foram assassinados os professores guarani Genivaldo e Rolindo Vera. O corpo de Rolindo segue desaparecido -; Em 12 de Maio de 2016 foi publicado o Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Dourados Amambaiegua I¹³, com 55.590 hectares. Tais terras são objeto de dezenas de ações judiciais que contestam o processo administrativo de demarcação. Parcelas destas terras são ocupadas por indígenas, expostos a constantes conflitos com seguranças dos proprietários, com os quais disputam a posse da terra.

Hoje são 32¹⁴ Terras Indígenas kaiowá e guarani reconhecidas pelo governo federal. Somadas, elas representam uma área de 240.672 hectares, mas, efetivamente, os Guarani e Kaiowá têm, sob seu usufruto, uma área muito menor. Das 32 terras, oito correspondem às Reservas Indígenas criadas no início do

⁹ Atualmente ocupam 90% da área demarcada.

¹⁰ Kokue'i ainda não possui estudo de identificação.

¹¹ Ver mais em <http://racismoambiental.net.br/2013/01/vitoria-dou-publica-relatorio-de-identificacao-e-delimitacao-de-mbarakay-e-pyelito-criando-a-ti-guarani-koiwa-iguatemipegua-i/>

¹² Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/governo-declara-duas-terras-indigenas-e-identifica-quatro>

¹³ <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-05/funai-aprova-demarcacao-de-terra-indigena-na-regiao-de-dourados>

¹⁴ No quadro aparecem como 31 terras porque Porto Lindo/Jakarey e Yvy katu aparecem juntas, na mesma linha.

século XX, pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI): um total de pouco mais de 17.632 hectares (Cavalcante, 2014, p.54). Já as Terras Indígenas reconhecidas após a década de 1980 são, hoje, em número de 24 e somam um total de 224.745 hectares, mas, deste total, apenas 26% está em posse efetiva dos indígenas: 74% é *terra de papel*, seguindo a terminologia do autor citado anteriormente. Os dados, que podem ser verificados no quadro a seguir¹⁵, não incluem as diminutas áreas ocupadas em diferentes situações: terras sem providência, reivindicadas, em processo de delimitação pela FUNAI, acampamentos ou *retomadas* sem providências administrativas.

¹⁵ Quadro apresentado também no relatório “Povos Tradicionais e Biodiversidade no Brasil: Contribuições dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para a biodiversidade, políticas e ameaças” (Organizadoras: Manuela Carneiro da Cunha Sônia Barbosa Magalhães Cristina Adams)



Quadro 1. Área reconhecida e efetivamente ocupada pelos Kaiowa e Guarani nas Reservas Indígenas e Terras Indígenas demarcadas após 1980

	Reservas e TIs	Situação jurídica	Área reconhecida (ha)	Área sob posse efetiva (ha)
1	Amambai ou PI Benjamin Constant (Guapo'y)	Reservada e/ou homologada com registro no CRI e/ou SPU	2.430	2.429
2	Dourados (Bororo - Jaguapiru) ou PI Horta Barbosa	Reservada e/ou homologada com registro no CRI e/ou SPU	3.475	3.475
3	Caarapó (Te'ýikue) ou PI José Bonifácio	Reservada e/ou homologada com registro no CRI e/ou SPU	3.594	3.594
4	Limão Verde (Tapýi Kora)	Reservada e/ou homologada com registro no CRI e/ou SPU	660	660
5	Taquaperi ou Posto Indígena de Cerro Perón	Reservada e/ou homologada com registro no CRI e/ou SPU	1.777	1.886
6	Sassoró ou P I Sassoró (Ramada)	Reservada e/ou homologada com registro no CRI e/ou SPU	1.922	1.923
7	Yvy Katu (inclui Reserva Porto Lindo/Jakarey)	Declarada	9.494	9.454
8	Pirajúi ou Posto Indígena de Pirajúi	Reservada e/ou homologada com registro no CRI e/ou SPU	2.118	1.923
9	Rancho Jacaré	Homologada com registro no CRI e/ou SPU	778	778
10	Guaimbé	Homologada com registro no CRI e/ou SPU	714	717
11	Paraguasu (Takuaraty/Yvykuarusu)	Homologada	2.609	2.609
12	Pirakua	Homologada com registro no CRI e/ou SPU	2.384	2.384
13	Jaguapire	Homologada com registro no CRI e/ou SPU	2.342	2.349
14	Sete Cerros	Homologada	8.585	8.584
15	Jarara	Homologada	479	479
16	Guasuty	Homologada com registro no CRI e/ou SPU	959	959
17	Jaguary	Homologada com registro no CRI e/ou SPU	405	405
18	Cerrito ou Laguna Piru	Homologada com registro no CRI e/ou SPU	1.951	3.300
19	Panambizinho	Homologada com registro no CRI e/ou SPU	1.273	1.240
20	Sukuriy	Homologada com registro no CRI e/ou SPU	535	535
21	Potrero Guasu	Declarada	4.025	1.200
22	Arroyo Kora	Homologada	7.176	1.468
23	Campestre e Ñanderu Marangatu	Homologada	9.317	7.400
24	Lima Campo/Jatayvary	Declarada	8.800	220
25	Takuára	Declarada	9.700	90
26	Guyra Roka/Ypytã	Declarada	11.440	50
27	Sombrerito	Declarada	12.608	600
28	Panambi/Lagoa Rica	Identificada	12.196	390
29	Iguatemipegua 1 (Pueblito, Mbarakay)	Identificada	41.571	1
30	Ypo'i-Triunfo	Identificada	19.756	1.000
31	Dourados-amambaiegua 1	Identificada	55.600	900
Total			240.672	63.001

Fonte: Quadro atualizado a partir de dados da Aty Guasu, Cavalcante (2014) e Colman (2015).

O significado de território para os Guarani pode ser compreendido a partir da definição clássica de *tekoha* proposta por Melià:

O *tekoha* significa e produz ao mesmo tempo relações econômicas, relações sociais e organização político-religiosa essenciais para a vida guarani ... Ainda que pareça um paralogismo, temos que admitir, juntamente com os próprios dirigentes guarani, que sem *tekoha* não há *teko* (Melià, 1986, p. 105). E "o lugar onde vivemos segundo nossos costumes" (Ibid, p.104).

A tese de doutorado de Pereira (2004) discute com os dados de Melià e, a partir das contribuições acima expostas, nas quais o eminente guaraniólogo chama a atenção para a importância das "relações sociais e organização político-religiosa" como recurso para entender os significados e implicações do conceito de *tekoha*, procura aprofundar esse postulado para ampliar o sentido e as implicações das relações na produção do *tekoha*. Assim, desenvolve a formulação de que, se por um lado estamos convencidos da afirmação de Melià de que "sem *tekoha* não há *teko*", a inversão lógica desse pressuposto é igualmente verdadeira "'sem *teko* não há *tekoha*", ou seja, a construção do espaço humanizado depende da contração de relações societárias características do modo de ser kaiowá" (Pereira, 2004, p. 220). Como o saudoso professor Melià fez parte da banca da avaliação da tese, essa discussão tomou um bom espaço em sua arguição, que concordou com a formulação, adotando-a também em publicação posterior.

La territorialidad es la base del *tekoha*, esa tierra que pisamos, en la que vivimos y de la que vivimos. "Sin *tekoha* no hay *teko*", había escrito alguna vez. Pero sin *teko* tampoco será posible mantener a la larga el *tekoha*. Y en su unidad el *teko* es religión, religión del ayvu participado, porque inspirado (Melià, 2004, p. 160).

Melià aponta que, enquanto termo polissêmico, *tekoha* conjuga duas características centrais, uma vez que *teko* se refere ao modo próprio de ser, e *ha*, como sufixo nominador, indica o local em que a ação se realiza. Resulta daí a compreensão de que sem o espaço físico não se produz o *teko*, do mesmo modo que a prática do *teko* é imprescindível para sua produção enquanto modo de existir próprio e específico dos povos guarani. Neste sentido podemos afirmar que a *retomada* de terras de ocupação tradicional, das quais as parentelas foram expropriadas pelas frentes de expansão agropastoris, procura reabilitar estas duas condições de produção do *tekoha*.

A busca da recuperação da terra se realiza como condição para retomar, de modo mais efetivo, uma série de práticas rituais e de sociabilidade que são



características centrais ao modo de existir no *tekoha*. Mas também se reza - *ñembo'é* para que as divindades -*teko jara* auxiliem e protejam as ações de recuperação da terra. Esse duplo movimento foi muito bem captado num título da tese de doutorado de Tônico Benites (2014), até agora o único kaiowá a defender tese de doutorado em antropologia até o momento, cujo trabalho foi intitulado *Rojeroky hina ha roikejevy tekohape (rezando e lutando): o movimento histórico dos Aty Guasu dos Ava Kaiowa e dos Ava Guarani pela recuperação de seus tekoha*. Se reza e se luta, enquanto movimentos indissociáveis para o sucesso do movimento da *retomada* (Benites, 2014).

Para realizar as rezas é preciso contar com líderes com capacidade de convocar e agregar pessoas, pois como avalia Pereira (1999, p.189), “a existência do *tekoha* depende diretamente da presença dos líderes religiosos e políticos com reconhecida habilidade para reunir pessoas”. As *retomadas* também exigem preparação, no caso do *tekoha* de Sete Cerros, a *retomada*, ocorrida em 1991, foi precedida por rezas que “duraram seis meses”, Colman (2007, p. 49). Na mesma passagem a autora registra que “nos processos de retomadas a atuação dos rezadores é efetiva desde a identificação, a organização do movimento de retomada, a sustentação da luta através das rezas na entrada e na permanência na área reconquistada”. Já o pesquisador indígena Eliézer Martins (2005, p.144), diz que os membros da comunidade guarani de Yvy Katu, “junto com os mais velhos enfrentam”, os perigos da *retomada*, seguros de que a presença dos velhos permite enfrentar a luta pela terra sem medo. Também a historiadora Adriana da Silva (2005, p. 08) traz o relato de Martina Nunes, que descreve a expulsão das terras indígenas dos *tekoha* de Guaimbé e Rancho Jacaré “Quando chegamos no Tarumã nós rezamos. Nós viemos não é mesmo com bíblia que viemos, nós viemos com porungo, com som de mbaraka, com canto. [...], nós ganhamos a essa terra através da reza[...]”. A *retomada*, enquanto espaço de produção social, não se refere apenas à recuperação da posse da terra, mas à *retomada* de práticas associadas ao modo de existir no *tekoha*, das quais a reza parece receber destaque central.

As *retomadas*, em geral, e a de Yvy Katu, de modo especial, representam um momento histórico de intensa mobilização dos Kaiowá e Guarani, indicando tratar-se de uma iniciativa de grande relevância no processo de autonomia destes



povos. O relatório de revisão de limites da reserva de Jacareí, realizado pela Funai (Mura e Thomáz De Almeida 2002), a tese de Landa (2005) e a dissertação de Colman (2007), trazem importantes descrições das ações dos indígenas em busca de reaver seus territórios, de recomposição de parentelas e ativação de práticas políticas e rituais.

O momento da *retomada* é marcado por muita efervescência política e ritual, com a aproximação intensiva dos parentes e ativação da memória dos eventos festivos vividos no passado, o que alimenta o desejo de construir experiências de existência mais autônomas do que aquelas desenvolvidas ordinariamente nas reservas. Entretanto, analisando as diversas situações em que se encontram os grupos que já retomaram terras pretendidas, percebe-se que a recuperação representa apenas um primeiro passo fundamental, mas não garante, ainda, efetivamente, a sua sustentabilidade, como bem explicita o relato do pesquisador kaiowá Eliel Benítes, registrado por Aguilera Urquiza (2006, p.2):

Vivemos um momento de reconstrução: uma nova direção depois do desastre do confinamento; percebemos a urgência da questão da terra, nossas reservas são pequenas e estão degradadas. É necessário políticas que saibam lidar com todas as diferenças até de aldeia para aldeia, não continuando com ações isoladas. Políticas de reorganização da comunidade através de capacitação técnica da comunidade e a partir da visão da comunidade. A união da comunidade foi desestruturada; a própria comunidade não tem clareza do que quer. Favorecer as comunidades a repensar suas próprias vidas. Essa organização tem que ser forte para se relacionar com a comunidade envolvente. A preparação no sentido de fortalecer os conhecimentos indígenas. Não transportar os conhecimentos indígenas para o sistema do branco, mas construir o sistema do conhecimento indígena. Só assim se constrói sustentabilidade.

Eliel Benites, em outro momento, na conferência de abertura do seminário Povos Indígenas e Sustentabilidade de 2013, afirmou, ainda, que retomar os territórios tradicionais significa, também, retomar o modo de ser tradicional. Isto ficou muito evidente no caso da *retomada* de Yvy Katu. Se antes viviam confinados na reserva de Porto Lindo, com área de 1.649 hectares, após a *retomada* eles fracionaram Yvy Katu em nove “aldeias”¹⁷, denominação que utilizam em Português para designar seus coletivos, os quais ocupam espaços distintos e reivindicam autonomia organizacional, podendo oscilar entre as expressões de parentela até *tekoha*, enquanto agregado de parentelas aliadas.

¹⁷ Yvy Katu, Ita Vera, Ka’aguy Hovy, Marangatu, Naranjaty, Pindoty, Potrerito, Pykasu, Remanso Guasu

A *retomada* implica na ativação e/ou atualização de vários processos de produção de coletivos, de acordo com os modos próprios de organização social, com base no parentesco e na aliança política. A fala de Eliel também aponta para sua percepção dos efeitos desorganizadores na produção da vida social kaiowá e guarani, a partir da imposição do sistema de reserva ou confinamento. Mas se a *retomada* acontece é porque estes coletivos têm se organizado para superar a condição de confinados, através da recuperação da posse de seus territórios e da busca da autonomia política e organizacional. A fala de Eliel Benites aponta, ainda, para a centralidade da importância da valorização e da retomada do sistema de conhecimentos indígenas, comumente desconsiderados nas iniciativas direcionadas para suas comunidades.

Considerações Finais

Procuramos destacar, no presente artigo, alguns elementos da história dos Kaiowá e Guarani em Mato Grosso do Sul no último século, e o modo como eles entendem e atuam frente às abruptas e intensas transformações impostas aos seus territórios e aos modos de produção de seus coletivos. Como destacamos, por mais de um século as frentes extrativistas e agropastoris avançaram sobre Mato Grosso do Sul, consolidando-se com a instalação de fazendas, sobrepostas aos territórios de ocupação tradicional indígena, resultando na expropriação dos territórios da maior parte das comunidades.

A perda dos territórios e a imposição do confinamento em reservas provocaram a deterioração ambiental e a escassez dos recursos de fauna e flora que permitiam a sustentabilidade das comunidades. Este novo cenário gerou sérios impasses à reprodução física e cultural dos Kaiowá e Guarani. Muitos estudos não hesitam em afirmar que o esgarçamento do tecido social, nas famílias, parentelas e no *tekoha*, violadas em seu cotidiano ao longo de gerações sucessivas, promoveu – e ainda promove - um processo de genocídio, com práticas renitentes de violações de direitos, que hoje se expressam, dentre outros problemas, em epidemias de suicídio e altos índices de violência nas comunidades, com predominância nas reservas mais superpovoadas.

Por outro lado, as comunidades, através de suas lideranças reunidas em torno da Aty Guasu, buscam, pelo menos desde a década de 1980, construir



formas de agir sobre este cenário adverso, através de meios legais e de ações políticas capazes de cobrar das instituições do Estado o respeito aos direitos indígenas assegurados em lei. Quando essas cobranças não resultam em ação efetiva das autoridades, eles não relutam em fazer as *retomadas*, expondo-se a violências por parte dos fazendeiros, com muitas lideranças assassinadas nas últimas décadas. Nos casos em que logram reaver territórios, as famílias e comunidades, que antes viviam confinadas em reservas, em margens de rodovias ou periferias de cidades, se esforçam por recompor seus coletivos. Para isto atualizam seus conhecimentos sobre a produção dos seus modos de existir no *tekoha*, o que implica na efetivação de prática própria ao *teko*, composto por maneiras próprias de viver como parente entre parentes, de exercer a autonomia política com base na organização social e na prática dos rituais. Enfim, as *retomadas* são rotas de fuga do confinamento, enquanto espaços de busca de autonomia das comunidades frente às imposições colonialistas do Estado brasileiro, que a despeito do reconhecimento formal dos direitos indígenas na Constituição de 1988, até o momento não conseguiu efetivá-los na prática.

Referências Bibliográficas

ADRIANA DA SILVA, M. *O movimento dos Guarani e Kaiowá de reocupação e recuperação de seus territórios em Mato Grosso do Sul e a participação do CIMI (Conselho Indigenista Missionário) – 1978-2001*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Mestrado em História da UFMS/UFMGD, Campus de Dourados, 2005, 212 p.

AGUILERA URQUIZA, A. H. Sustentabilidade e Território: e sua relação com a educação escolar indígena. *Anais do II Seminário Internacional – Fronteiras da exclusão*, UCDB/Campo Grande/MS, CD-ROM, 2006.

BENITES, T. *Rojerokyhina ha roikeyvytekohape (rezando e lutando): o movimento histórico dos Aty Guasu dos Ava Kaiowa e dos Ava Guarani pela recuperação de seus tekoha*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2014.

BRAND, A. *O impacto da perda da terra sobre a tradição kaiowá/guarani: os difíceis caminhos da Palavra*. Tese (Doutorado em História) – PUC/RS, Porto Alegre, 1997.

BRAND, A. *O confinamento e o seu impacto sobre os Pãi/Kaiowá*. Dissertação (Mestrado em História) – PUC/RS, Porto Alegre, 1993.

BRAND, A. Os Kaiowá/Guarani no Mato Grosso do Sul e o processo de confinamento: a 'entrada dos nossos contrários'. In: *CIMI/MS; Comissão Pró-Índio de São Paulo; MPF/3ª Região*. Conflitos de direitos sobre as terras Guarani e Kaiowá no estado de Mato Grosso do Sul. p. 93-131. São Paulo: Palas Athena, 2000.

BRAND, A. Biodiversidade, sócio-diversidade e Desenvolvimento: os Kaiowá e Guarani no Estado de Mato Grosso do Sul. In: COSTA, Reginaldo Brito da (Org.). *Fragmentação florestal e alternativas de desenvolvimento rural na região Centro-Oeste*. Campo Grande: Editora UCDB, 2003.

BRAND, A. Os complexos caminhos da luta pela terra entre os Kaiowá e Guarani no MS. In: *Tellus / Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas-NEPPI*, Campo Grande, UCDB, ano 4, n.6, p. 137-150, parte 1, 2004.

CAVALCANTE, T. L. V.. Demarcação de terras indígenas kaiowá e guarani em Mato Grosso do Sul: histórico, desafios e perspectivas. In: *Fronteiras: Revista de História | Dourados, MS | v. 16 | n. 28 | p. 48 - 69 | 2014*. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/view/4542/2322>, Acesso em 10/05/2019.

COLMAN, R. S. *Território e sustentabilidade: Os Guarani e Kaiowá de Yvy Katu*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local) – UCDB, Campo Grande, 2007.

COLMAN, R. S. *Guarani Retã e Mobilidade Espacial Guarani: belas caminhadas e processos de expulsão no território Guarani*. Tese (Doutorado em Demografia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP. 2015.

EREMITES DE OLIVEIRA, J. e PEREIRA, L. *Ñande Ru Marangatu: laudo antropológico e histórico sobre uma terra kaiowa na fronteira do Brasil com o Paraguai*, município de Antônio João, Mato Grosso do Sul. Editora da UFGD. Dourados, MS, 2009.

FERREIRA, E. M. L. *A participação dos índios Kaiowá e Guarani como trabalhadores nos ervais da Companhia Matte Laranjeira (1902-1952)*. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Mestrado em História da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, 2007.

FOWERAKER, J. *A luta pela terra: a economia política da fronteira pioneira no Brasil de 1930 até os dias atuais*. Tradução de Maria Júlia Godwasser. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

LANDA, Beatriz dos Santos. *Os Ñandeva/Guarani e o uso do espaço na Terra Indígena Porto Lindo, município de Japorã/MS*. (Tese de doutorado). Porto Alegre, PUCRS, 2005

LENHARO, A. *Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste*. Campinas, UNICAMP, 1985.

LENHARO, A. *A sacralização da política*. São Paulo, Papyrus, 1986.

MARTINS, Eliézer R. A Terra como chão sagrado e como valor cultural. *Tellus / Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas-NEPPI*, ano 6, n. 10, abril. 2006. Campo Grande: UCDB, 2005. p.143-145.

MELIÀ, Bartomeu. *El Guaraní conquistado y reducido. Ensayos de etnohistoria*. Asunción. 1986.

MELIÀ, B. El pueblo guaraní: unidad y fragmentos. In: *Tellus*, ano 4, n. 6, abr. Campo Grande MS, p. 151-162, 2004.

MURA, F e THOMÁZ DE ALMEIDA, R. F. *Relatório de Revisão de Limites da T. I. Porto Lindo (Jacareí)*. Mimeo, Brasília, FUNAI. 2002.

PEREIRA, L. *Parentesco e organização social Kaiowá*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – PPGAS/UNICAMP, Campinas, 1999.

PEREIRA, L. *Relatório de identificação da Terra Indígena Arroio Kora*. Município de Paranhos, Mato Grosso do Sul, Documentação Funai, mimeo, Brasília, 2002.

PERERIA, L. *Imagens kaiowá do sistema social e seu entorno*. Tese de doutorado. USP. 2004.

SCHADEN, E. *Aspectos Fundamentais da Cultura Guaraní*. (1ª ed. 1954) 3ª. ed. São Paulo: EPU/EDUSP, 1974.

TOMÁZ DE ALMEIDA, R. F. - 1985. *Relatório da Área Indígena Pirakua, MS*, 79 p., mimeo, Fundação Nacional do Índio, Brasília.

Os Kaiowá e Guaraní no Mato Grosso do Sul e suas Incansáveis Lutas pelos Tekoha frente às Transformações Territoriais, Ambientais e Formas de Mobilidade

Resumo

O artigo discute os modos como os Kaiowá e Guaraní atuam na defesa de seus territórios de ocupação tradicional em meio a um processo histórico marcado por profundas transformações no ambiente e no território. O esforço é situar, a partir da análise de dados reunidos em relatórios técnicos e trabalhos acadêmicos, como esses indígenas agiram e seguem agindo para fazer frente a tais transformações, enquanto sujeitos de sua própria história. Discute-se a tentativa de imposição do confinamento em reservas demarcadas pelo Serviço de Proteção ao Índio – SPI, entre 1915 e 1928, as estratégias das comunidades para permanecerem em partes de seus territórios de ocupação tradicional ao longo do século XX e, a partir da década de 1980, para transporem os limites impostos às reservas. Destacam-se os sentidos do movimento de *retomadas*, intensificadas nas últimas quatro décadas, e caracterizadas por intensas e arriscadas mobilizações para reaver territórios expropriados, que se configuram como indissociáveis da realização dos modos de ser próprio - *teko*, os quais reúnem práticas de sustentabilidade, sociabilidade e formas rituais, imprescindíveis para a produção da territorialidade kaiowá e guarani - *tekoha*. Busca-se assim, contribuir para a ampliação da compreensão do complexo cenário de disputas de terras entre indígenas e proprietários rurais no MS.



Palavras-chave: Kaiowá e Guarani; território; mobilidade espacial; indígenas transfronteiriços.

The Kaiowá and Guarani in Mato Grosso do Sul and their tireless struggles for *tekoha* in the face of territorial, environmental and forms of mobility

Abstract

The article discusses the ways in which the Kaiowá and Guarani act in defense of their traditionally occupied territories in the midst of a historical process marked by profound changes in the environment and territory. The effort is to situate, based on the analysis of data gathered in technical reports and academic works, how these indigenous people acted and continue to act to face such transformations, as subjects of their own history. The attempt to impose confinement in reserves demarcated by the Indian Protection Service - SPI, between 1915 and 1928, discusses the strategies of communities to remain in parts of their traditionally occupied territories throughout the 20th century and, from the 1980s, to overcome the limits imposed on reserves. The senses of the resumption movement are highlighted, intensified in the last four decades, and characterized by intense and risky mobilizations to recover expropriated territories, which are inseparable from the realization of the ways of being oneself - teko, which bring together sustainability practices, sociability and ritual forms, essential for the production of Kaiowá and Guarani - Tekoha territoriality. Thus, the aim is to contribute to broadening the understanding of the complex scenario of land disputes between indigenous and rural landowners in MS.

Keywords: Kaiowa and Guarani; territory; space mobility; transnational indigenous.

Los Kaiowá y Guaraní en Mato Grosso do Sul y sus incansables luchas por los *tekoha* frente a las transformaciones territoriales, ambientales y formas de movilidad

Resumen

El artículo analiza las formas en que los Kaiowa y los Guaraní actúan en la defensa de sus territorios tradicionalmente ocupados en medio de un proceso histórico marcado por profundas transformaciones en el ambiente y en el territorio. El esfuerzo es situar, a partir del análisis de datos recogidos en informes técnicos y trabajos académicos, cómo actúan y siguen actuando para enfrentar tales transformaciones, como sujetos de su propia historia. Se discute la tentativa de imponer el confinamiento en reservas demarcadas por el Servicio de Protección Indígena - SPI, entre 1915 y 1928, las estrategias de las comunidades para permanecer en partes de sus territorios tradicionalmente ocupados a lo largo del siglo XX y, a partir de la década de 1980, para superar los límites impuestos en reservas. Se destacan los sentidos del movimiento de retomadas, intensificado en las últimas cuatro décadas, y caracterizado por intensas y arriesgadas movilizaciones para recuperar territorios expropiados, que son inseparables de la realización de las formas de ser propio - teko, los cuales reúnen prácticas de sustentabilidad, sociabilidad y formas rituales, imprescindibles para la producción de la territorialidad kaiowá y guaraní – tekoha. Buscando, así, contribuir a una comprensión más amplia del complejo escenario de disputas territoriales entre indígenas y terratenientes rurales en MS.

Palabras clave: Kaiowá y Guarani; territorio; movilidad espacial; indígenas transfronterizos.